

“MEDIDAS PONTUAIS” NÃO ACABAM COM A POBREZA LABORAL

Na 7.ª Academia de Formação Política para Mulheres, no sábado, em Vila Nova de Gaia, Rui Rio defendeu que são necessárias “medidas concretas” para mitigar os níveis de pobreza dos trabalhadores



pág. 6

PARLAMENTO

“GOVERNO APRESENTA UM ORÇAMENTO PARA TEMPOS DE PAZ”

No debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2022, Ricardo Baptista Leite alerta que o documento não reflete os tempos de guerra que vivemos



pág. 8

LOCAIS

PSD DE SETÚBAL EXIGE INVESTIGAÇÃO À AÇÃO DA AUTARQUIA

Paulo Ribeiro exige que as entidades competentes investiguem “urgentemente” as suspeitas de que refugiados ucranianos são recebidos na Câmara de Setúbal por russos simpatizantes do Kremlin



pág. 10

REGIONAIS

MADEIRA DISPONÍVEL PARA APOIAR IDOSOS CARENCIADOS NA VENEZUELA

A Madeira está disponível para apoiar os idosos carenciados na Venezuela, anunciou o diretor regional das Comunidades e Cooperação daquela região autónoma, Rui Abreu

ORÇAMENTO “DÁ CONTINUIDADE À POLÍTICA SOCIALISTA DE CRESCENTE ATRASSO DE PORTUGAL”

Rui Rio acusa o Governo de deixar cair as promessas recentes feitas aos portugueses, constatação que decorre da proposta de Orçamento do Estado para 2022, que garante aumentos salariais escassos, quando a inflação já passou os 7%. “A inflação, é nesta proposta de Orçamento, a galinha dos ovos de ouro do Governo. É através dela que o Governo se propõe enganar as pessoas, não cumprindo as promessas feitas, escassos três meses após as eleições legislativas”, afirmou.

Rui Rio estima que o Executivo, ao “propor subir os salários apenas 0,9%, quando a inflação na zona euro já passou os 7%”, conclui que “os salários irão perder, pelo menos, 4% de poder de compra neste ano de 2022”, ou seja, o equivalente de “um corte de mais de 50% no subsídio de Natal”.

No encerramento do debate e votação na generalidade do Orçamento do Estado para 2022, na sexta-feira, 29 de abril, no Parlamento, o Presidente do PSD considera que “os resultados económicos conseguidos desde o início do século são francamente negativos”. Portugal continua a crescer abaixo da média e a “crescer menos que os mais pobres, de tal molde que Portugal tem caído permanentemente na escala europeia”.

“Esta proposta de Orçamento do Estado não deixa de dar continuidade à política socialista até agora seguida e cujos resultados são, como disse, um crescente atraso relativo de Portugal”, sintetizou.

De acordo com o líder do PSD, apesar das mudanças trazidas pela invasão militar russa na Ucrânia, particularmente ao nível da evolução do comércio mundial e perante a perspectiva de um significativo abrandamento do processo de globalização, a proposta de Orçamento não procura “romper com a estagnação económica que Portugal tem vivido”, não tem em conta “a modernização das empresas no sentido do reforço da sua competitividade internacional”.

Rui Rio insiste que o elemento vital para o reforço da nossa competitividade é “o investimento”, “sem ele não nos modernizamos, nem estaremos capazes de produzir mais e melhor”. “Para conseguirmos reforçar o investimento, é preciso, antes do mais, reforçar a poupança. Sem pou-



pança nacional, teremos de recorrer à poupança externa, ou seja, teremos de endividar ainda mais o País. Por altura do 25 de Abril, a taxa de poupança representava cerca de 24% do rendimento disponível”, apontou.

No plano fiscal, o Governo aposta no agravamento de impostos, alerta Rui Rio. “A taxa de IRS que as tributa e que, em 2011 era de 20%, está hoje nos 28% e o Governo quer, através do englobamento, aumentá-la para 33%, e, nalguns casos, para 40%. Dirá o Executivo que está a tributar

os contribuintes de mais elevados rendimentos. (...) Com impostos que todos os anos vão subindo e que, ao serem absorvidos por crescentes gastos do Estado, depois nunca mais voltam para trás, elevando continuamente a carga fiscal global sobre as pessoas e as empresas”, referiu.

Rui Rio explica que, não obstante a “enorme carga de impostos que pagamos”, os serviços públicos estão a sentir “uma acentuada degradação”: “na ação do Ministério da Administração Interna, no setor da Educação, na incapacidade da Justiça, na desorganização e lentidão dos serviços da Segurança Social ou no Serviço Nacional de Saúde”.

O líder do PSD destaca ainda para “o perigoso nível de endividamento, principalmente, num cenário de subida das taxas de juro como o que já estamos a viver, e cuja fatura irá aparecer com estrondo ao longo dos próximos anos, obrigava a uma estratégia orçamental sustentada para a sua redução”. Recorde-se que o Estado português é, neste momento, o 12º mais endividado do mundo.

“Prometeram subir o salário médio. Prometeram um forte aumento do salário mínimo. Prometeram aumentar o peso dos salários no rendimento nacional. Prometeram que, com eles, jamais haveria austeridade. Prometeram, prometeram e prometeram. Passaram-se três escassos meses, e, como era de prever, as promessas foram levadas pelo vento, logo ao soprar da primeira brisa”, sublinhou.

Perante uma proposta de Orçamento de Estado que “é mais do mesmo”, “não coloca as empresas no centro das prioridades, de molde a conseguirmos mais crescimento e mais e melhores salários”, “nada faz pela consolidação da despesa” e “restringe o investimento público às verbas europeias”, Rui Rio assegura que o PSD, não será cúmplice de “uma estratégia económica, que em vez de procurar rasgar novos horizontes, insiste e persiste no que até aqui tão fraco resultado deu” e, por isso, o PSD vota contra na generalidade o Orçamento do Estado para 2022.



7.ª ACADEMIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

“MEDIDAS PONTUAIS” NÃO ACABAM COM A POBREZA LABORAL

Rui Rio considera que os níveis de pobreza laboral que se registam em Portugal são um indicador de “subdesenvolvimento”, pelo que medidas “pontuais” não resolvem o problema a médio e longo prazo.

À chegada para um jantar da 7.ª Academia de Formação Política para Mulheres, no sábado, 30 de abril, em Vila Nova de Gaia, Rui Rio defendeu que são necessárias “medidas concretas” para mitigar os níveis de pobreza laboral. “Seguramente que se temos níveis intoleráveis de pobreza laboral a responsabilidade é mais [do Primeiro-Ministro] do que minha.

Agora, se queremos, efetivamente, ultrapassar esse indicador, que é muito mais um indicador de subdesenvolvimento do que de desenvolvimento, não é com medidas pontuais. Podemos ter uma medida pontual ou outra que pode atenuar um bocadinho, mas que não resolve o problema”, afirmou.

De acordo com o Presidente do PSD, o problema “é muito simples” de resolver e passa pelo desenvolvimento da economia, do crescimento económico e de produção de riqueza para “depois distribuir [a riqueza] de forma correta e eliminar a pobreza”. “Tentar resolver no curto prazo só vai agravar porque ou temos riqueza produzida para distribuir bem ou não temos”, afirmou, criticando o Governo por dirigir “uma mensagem agradável” para as pessoas com “medidas de ordem pontual que não resolvem o problema”.

“Se não conseguirmos dar competitividade à nossa economia, se não colocarmos as empresas em primeiro lugar em termos das prioridades políticas, escusamos de estar à espera de melhores salários. Isso é um erro do PS de base sempre”, salientou, frisando que o PS vai “tentar com duas ou três medidas distribuir aquilo que quase não existe” e que, com as políticas que tem seguido, o país vai “continuar a empobrecer”.

Organizada pelas Mulheres Social Democratas (MSD), PSD, Instituto Francisco Sá Carneiro e a Fundação Konrad Adenauer, esta iniciativa decorreu de forma presencial, juntando 60 formandas, mulheres simpatizantes ou militantes, e teve intervenções de especialistas em diversas áreas (defesa, economia, empresas, concertação social, poder local e comunicação política).

PS ainda não tirou Portugal da bancarrota

O Presidente do PSD acusou este domingo, dia em que se assinalou o 1.º de Maio, o PS de ainda não ter recuperado o país da “queda que ele próprio provocou com a bancarrota para que atirou Portugal”.

Numa publicação na rede social Twitter, Rui Rio respondeu a uma afirmação de António Costa, que horas antes, escrevia que o Governo socialista vai prosseguir o objetivo de reforço do peso dos salários no PIB para a média europeia. “O gráfico do peso dos salários no PIB que o Sr. Primeiro-Ministro aqui publica é ilustrativo: em seis anos de governação, o PS ainda não conseguiu recuperar totalmente a queda que ele próprio provocou com a bancarrota para que atirou Portugal. É muito o tempo que temos perdido com o PS a governar”, escreveu Rui Rio.

Recorde-se que, em 2011, o Governo liderado por José Sócrates, solicitou um pedido de ajuda externa perante o quadro de bancarrota a que os socialistas conduziram Portugal.



MOTA AMARAL, O DEMOCRATA QUE CONCILIOU AUTONOMIA E UNIDADE NACIONAL

O antigo presidente da Assembleia da República e do Governo Regional dos Açores, João Bosco Mota Amaral, foi distinguido no Parlamento como o político que conciliou o projeto de autonomias regionais e a unidade nacional.

Esta homenagem realizou-se na sala do Senado do Parlamento, dia 27 de abril, a propósito do lançamento da segunda edição da fotobiografia de Mota Amaral, numa cerimónia presidida pelo presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva.

Entre outras personalidades, estiveram presentes o Primeiro-Ministro, António Costa, o Presidente do PSD, Rui Rio, o líder parlamentar social-democrata, Paulo Mota Pinto, e antigos presidentes deste partido como Marques Mendes e Manuela Ferreira Leite.

Na assistência estava ainda Manuela Eanes, mulher do primeiro Presidente da República eleito em democracia, o general Ramalho Eanes, e o antigo presidente da Assembleia da República Jaime Gama, tal como Mota Amaral também natural dos Açores.

Num dos primeiros discursos da sessão, a antiga ministra e membro do Conselho de Estado Leonor Beza defendeu que Mota Amaral foi “o pai” das autonomias regionais em Portugal e soube conciliar “esse projeto sempre inacabado com o seu objetivo de unidade nacional”.

“Mota Amaral poderia ter sido chamado a desempenhar qualquer cargo no país. Percorreu o caminho que queria percorrer”, defendeu a antiga ministra social-democrata, antes de destacar “a forma vigorosa” como exerceu a presidência da Assembleia da República entre 2022 e 2005.

Augusto Santos Silva, presidente da Assembleia da República, agradeceu “o contributo inestimável de Mota Amaral para a democracia portuguesa e para o 25 de Abril de 1974”.



JOAQUIM VENTURA TRINDADE (1933-2022)



O PSD vem por este meio apresentar as mais sentidas condolências à família de Joaquim Ventura Trindade, autarca histórico de Elvas e membro do Conselho de Fiscalização no 1º Congresso do PSD. Faleceu no dia 14 de abril de 2022, em Elvas, de onde era natural, aos 88 anos.

Nascido em 15 de outubro de 1933, foi Presidente da Câmara Municipal de Elvas, entre 1980 e 1982, Joaquim Ventura Trindade participou na campanha de candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958. Foi dirigente dos movimentos operários da Ação Católica em Évora, entre 1965 e 1968, foi vice-Presidente da Junta Diocesana da Ação Católica de Évora e candidato pelo círculo de Évora na lista da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo em 1969, integrando o Comissão Democrática Eleitoral (CDE).

Ainda antes do 25 de Abril, colaborou frequentemente na imprensa local e fez parte, com Nuno Teotónio Pereira e outros, do grupo que distribuía clandestinamente os cadernos GEDOC, chegando a ser detido para interrogatório pela PIDE/ DGS.

Integrou a Comissão Política Nacional do PPD - Partido Popular Democrático e foi membro do Conselho de Fiscalização no 1º Congresso do PSD, em novembro de 1974, juntamente com António Leite de Castro, Mário Montalvão Machado, Rui Machete e Marcelo Rebelo de Sousa, entre outros. Depois do 25 de Abril, foi candidato por duas vezes à Assembleia da República.

Integrou o I Governo Constitucional liderado por Mário Soares entre 1976 e 1978, desempenhando funções no Ministério da Agricultura e Pescas dirigido por António Barreto, como assessor no Gabinete do Secretário de Estado da Estruturação Agrária, Carlos Portas. Em outubro de 1980, foi nomeado para o Conselho Distrital de Portalegre, por resolução do Gabinete do Primeiro-Ministro, Diogo Freitas do Amaral.

Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Elvas pela AD - Aliança Democrática (coligação PPD/PSD, CDS e PPM), no triénio entre 1980-1982, funções que desempenhou gratuitamente, por sua expressa vontade.

Abandonou depois a atividade política partidária, sem nunca ter deixado de intervir ativamente na vida política através das inúmeras crónicas na imprensa regional.

Exercia atualmente funções não remuneradas em diversas instituições da cidade de Elvas, nomeadamente, na comissão administrativa da Confraria do Senhor Jesus da Piedade de Elvas, nomeada pelo Arcebispo de Évora em 2019; na Fundação Materno-Infantil Mariana Martins, gestora da Maternidade de Elvas; na Fundação António Gonçalves, Instituição Pública de Solidariedade Social; e no Grupo Interparoquial de Elvas da Cáritas Portuguesa.

O PSD expressa a mais sentida gratidão pela dedicação de Joaquim Ventura Trindade ao serviço dos interesses do Alto Alentejo e no exercício de atividades públicas, tendo honrado sempre o nome do PSD e de Portugal.

PARLAMENTO EUROPEU APROVA DIREITO DE INICIATIVA



O relatório do deputado Paulo Rangel sobre o direito de iniciativa do Parlamento Europeu foi aprovado, dia 28 de abril, por larga maioria na Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu.

Paulo Rangel sublinha que o Parlamento Europeu é o único Parlamento do mundo democrático a não ter direito de iniciativa e na exposição de motivos do relatório hoje aprovado recorda o argumento histórico: “A tradição constitucional dos Estados-Membros, assim como da Europa e das Américas, é conferir aos parlamentos, dada a sua legitimidade democrática direta, um direito geral de iniciativa legislativa. Já na Idade Média, uma das reivindicações históricas dos parlamentos, ou seus equivalentes, era transformar o seu direito de petição ao rei (direito de iniciativa indireto) num verdadeiro direito de iniciativa legislativa”, lê-se no documento.

O deputado, membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais desde 2009, afirma: “A UE ainda não honra plenamente as tradições constitucionais dos Estados-Membros” e acrescenta que “um direito de iniciativa mais amplo e abrangente do Parlamento Europeu contribuirá certamente para reforçar a legitimidade democrática da União”.

O relator propõe um triângulo institucional em que tanto a Comissão como o Parlamento tenham um direito geral e direto de iniciativa. Por exemplo, a Comissão poderia ter competência exclusiva para apresentar o orçamento e o Parlamento, para tratar as questões que já são atualmente da sua competência.

“Reconhecer o direito geral de iniciativa do Parlamento é possível e desejável e permitirá responder à aspiração constitucional de tornar a UE mais legítima do ponto de vista democrático.”, conclui Paulo Rangel.

O relatório do deputado social-democrata será debatido e votado na sessão plenária em Estrasburgo no próximo mês de junho.

RICARDO BAPTISTA LEITE

“GOVERNO APRESENTA UM ORÇAMENTO PARA TEMPOS DE PAZ”



Ricardo Baptista Leite alerta que o Orçamento do Estado 2022 não reflete os tempos de guerra que vivemos. No debate na especialidade do Orçamento do Estado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o vice-Presidente da bancada do PSD resumiu o documento numa frase: “A Europa está em guerra e o Governo apresenta um Orçamento para tempos de paz”.

Segundo o social-democrata, o Governo escreveu no texto do Orçamento que tem como prioridade “mitigar o choque geopolítico”, contudo, essa afirmação não encontra respaldo nas opções políticas e orçamentais.

Com o ministro a admitir que este é um Orçamento de continuidade e uma política de continuidade, Baptista Leite recordou que “o mundo mudou” e que o governante não deixou “uma palavra sobre as mudanças geopolíticas graves que estão a acontecer, neste momento, no contexto europeu”.

Ricardo Baptista Leite lamentou, de seguida, que o Primeiro-Ministro continue sem visitar a Ucrânia para demonstrar, em nome dos portugueses, o apoio ao povo ucraniano e que Portugal continue sem ter uma embaixada a funcionar em Kiev. “Áustria, Bélgica, República Checa, União Europeia, França, Itália, Polónia, Eslovénia, Espanha, Turquia, Países Baixos, todos estes países já reativaram as suas embaixadas em Kiev. No mesmo sentido dos nossos aliados europeus, para quando prevê a reativação da embaixada portuguesa em Kiev e para quando prevê a deslocação do Primeiro-Ministro à Ucrânia”, questionou o deputado social-democrata.

PSD QUER DISCUTIR MEDIDAS PARA MITIGAR O PREÇO DA ELETRICIDADE

O Grupo Parlamentar do PSD pretende discutir, em sede de Comissão de Ambiente e Energia, as medidas que têm sido apresentadas pelo governo para mitigar o preço da eletricidade no mercado ibérico.

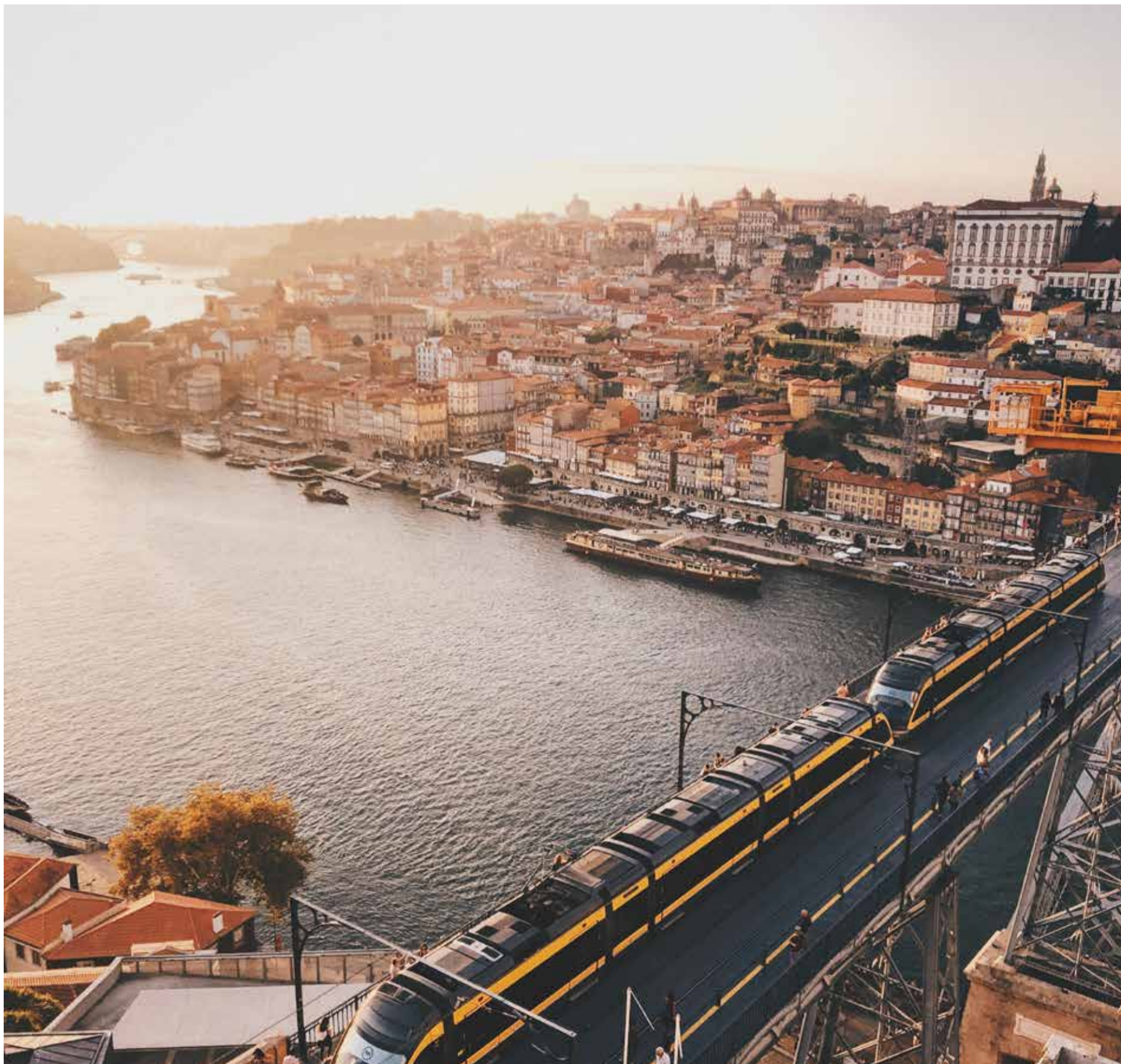
Com esse objetivo, os deputados do PSD apresentaram um requerimento para audição do ministro do Ambiente e Ação Climática, bem como de um conjunto de entidades com conhecimento sobre a matéria, nomeadamente o Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, o Presidente do OMIP SGMR (mercado a prazo) e do OMIE (mercado spot) e o Presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis.

Com a Comissão Europeia a afirmar estar em condições de aprovar a proposta conjunta de Portugal e Espanha que visa limitar os preços do gás natural usado para a produção de eletricidade, os deputados do PSD consideram que a proposta não é inteiramente clara no seu alcance e nos benefícios gerados, podendo traduzir-se em distorções e em custos escondidos que terão impacto mais adiante no tempo. “Há ainda o risco de o mecanismo proporcionar uma subsidiação da produção de eletricidade a partir de combustíveis fósseis em Espanha, o que seria negativo tendo em conta as prioridades nacionais em matéria de descarbonização e de combate às alterações climáticas”, referem.

Face a falta de precisão, os sociais-democratas pretendem avaliar e discutir a relevância e o funcionamento deste mecanismo no contexto do mercado ibérico de eletricidade, que pode trazer vantagens para os consumidores, mas sobre o qual recaem riscos que devem ser acautelados e discutidos de forma mais alargada.



PSD DEFENDE UMA NOVA POLÍTICA PARA PREVENÇÃO DO RUÍDO AMBIENTE



O PSD acusa o Governo de estar em “silêncio quanto à estratégia para o ruído”. Num projeto de resolução, entregue esta manhã, dia em que se assinala o Dia Internacional de Sensibilização para o Ruído, os deputados do PSD referem que Portugal não tem uma política de prevenção e gestão do ruído ambiente, desvaloriza os impactos sobre a saúde pública e a qualidade de vida das populações, estando em situação de incumprimento da legislação europeia.

No documento, subscrito pelos deputados do PSD da Comissão de Ambiente, os sociais-democratas recordam que Portugal foi condenado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, a 31 de março de 2022, por não ter elaborado mapas estratégicos de ruído relativos aos cinco grandes eixos rodoviários, por não ter elaborado planos de ação relativamente às aglomerações de Amadora e Porto, a todos os 236 grandes eixos rodoviários e a todos os 55 grandes eixos ferroviários e por não ter comunicado à Comissão Europeia a informação fornecida pelos mapas estratégicos de ruído.

Para os parlamentares, “é fundamental reverter esta situação e implementar uma política ativa de redução do ruído, elaborando os planos em atraso e adotando as medidas necessárias para proteger quem vive em territórios mais expostos à poluição sonora.”

O PSD defende:

1. Que o Governo elabore os mapas estratégicos de ruído e os planos de ação relativos às aglomerações e aos grandes eixos rodoviários e ferroviários que estão em falta e são causa do incumprimento da Diretiva 2002/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho de 2002, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.
2. Que o Governo apresente uma Estratégia Nacional para o Ruído Ambiente 2030, alinhada com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, que estabeleça orientações e medidas para mitigar este problema.
3. Que o Governo determine a introdução de indicadores sobre o ruído no Relatório de Estado do Ambiente permitindo monitorizar a sua evolução.

PSD DE SETÚBAL EXIGE INVESTIGAÇÃO À AÇÃO DA AUTARQUIA

No seguimento da notícia avançada pelo jornal “Expresso”, de que os refugiados ucranianos são recebidos na Câmara de Setúbal por russos simpatizantes do regime de Vladimir Putin, o presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Paulo Ribeiro, exige que o Governo e as entidades competentes investiguem “urgentemente” esta situação.

“É incompreensível o que esta autarquia liderada pelo PCP, está a fazer com os refugiados ucranianos. Não aceitamos que a longa mão do KGB chegue a Setúbal”, afirma o dirigente social-democrata.

Segundo a notícia do “Expresso”, os funcionários russos da autarquia, responsáveis pela Linha de Apoio aos Refugiados, estão a fotocopiar documentos dos refugiados, entre os quais passaportes e certidões das crianças.

Paulo Ribeiro diz que os refugiados ucranianos “não podem sair de uma situação de terror e de constante medo para entrarem noutra”, acusando o PCP de “cegueira ideológica”.

“Já todos percebemos que o PCP suporta as ações de Vladimir Putin. Agora o que não se esperava era que perseguissem os refugiados ucranianos dentro de Portugal”, acrescenta.

Paulo Ribeiro adianta que o PSD vai exigir uma “investigação urgente”, por parte do Governo e das demais entidades competentes, ao que se está a passar em Setúbal.

Por sua vez, o vereador social-democrata de Setúbal, Paulo Calado, admitiu pedir a demissão do presidente da Câmara Municipal de Setúbal, o comunista André Martins.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA APROVA CONTAS DE 2021 COM “RECORDE DE INVESTIMENTO”

A Assembleia Municipal de Mira aprovou o relatório e contas da Câmara relativas a 2021, com um investimento total de 4,9 milhões de euros, “valor nunca antes atingido pelo Município”.

O Relatório de Gestão e a Prestação de Contas de 2021 da Câmara Municipal de Mira, no distrito de Coimbra, foram aprovados, na quinta-feira, com votos favoráveis do PSD e a abstenção do PS e do deputado do Chega.

Em 2021, Mira “atingiu um valor recorde de investimento, isto é, ao longo do ano executou um conjunto de projetos de investimento que totalizaram 4,9 milhões de euros, valor nunca antes atingido pelo Município”, refere a Câmara Municipal de Mira, numa nota de imprensa enviada dia 2 de maio.

Estes valores são, de acordo com a autarquia, consequência do “forte investimento público efetuado ao longo de 2021”, que é resultado de uma “estratégia definida pelo executivo municipal e que está assente em dois pilares”.

Essa estratégia assenta em retirar o “máximo partido das oportunidades disponibilizadas pelos fundos comunitários” e ainda a diminuição de 1,5 ME da despesa corrente, que permitiu “libertar os recursos financeiros necessários para reforçar a despesa de investimento”, sublinha a Câmara de Mira.

A receita total atingiu quase 14,5 milhões de euros, o que demonstra não só um crescimento de 8%, face a 2020, como representa o valor “mais elevado alcançado pelo Município”.

“A gestão eficiente do orçamento permitiu uma melhoria bastante significativa dos resultados financeiros do Município, tendo sido possível fechar o ano com um resultado operacional positivo e sem qualquer pagamento em atraso”, frisa, na nota da autarquia, o presidente da Câmara Municipal de Mira, Raul Almeida.

Apesar dos avultados investimentos públicos executados, a “robustez financeira mantém-se praticamente inalterada, situação atestada por uma margem endividamento total, superior a 10,5 milhões de euros”.

A Câmara dá ainda nota de que tem hoje uma “importante folga financeira” que, caso venha a ser necessário, “permitirá recorrer ao crédito para executar investimentos estruturantes para o município”.

O executivo municipal manifestou preocupação, no que diz respeito à execução do orçamento do presente ano de 2022, devido aos impactos da pandemia, à guerra na Ucrânia e aos custos de energia, entre outros fatores.

Raul Almeida deixa a garantia que “tudo fará para continuar a assegurar uma gestão financeira pautada por grande rigor e exigência, que permita manter o nível de investimento público em infraestruturas essenciais ao desenvolvimento do concelho e, que, simultaneamente, possibilite continuar e, se necessário, reforçar o apoio aos cidadãos e instituições mais afetadas por este contexto económico mais adverso”.



DEBATE

DESCENTRALIZAÇÃO OU
MUNICIPALIZAÇÃO?

A transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da ação social foi o tema de debate promovido na quinta-feira, 28 de abril, pelo PSD de Paços de Ferreira. Estiveram nesta iniciativa personalidades ligadas à vida social e autárquica, que esgrimiram os diferentes ângulos de atuação e abordaram a importância das várias instituições.

Salvador Malheiro, presidente da Câmara Municipal de Ovar, António Tavares, provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Zélia Reis, diretora delegada e mesária da Santa Casa da Misericórdia da Trofa, e Cristina Ferreira, diretora técnica nas respostas sociais da Terceira Idade da Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras, abordaram o tema nas respetivas áreas de ação e todos convergiram na ideia de que as IPSS são fundamentais para o bom funcionamento de um Estado social, pelo que devem trabalhar em cooperação. Por isso, entendem que a delegação de competências deve ser feita para facilitar o trabalho de quem está no terreno e é conhecedor dos reais problemas da sociedade. Municipalizar os serviços, musculando a Câmara Municipal, será uma duplicação de recursos e retirar do terreno os profissionais e instituições que compreendem e conhecem a realidade das famílias.

“A Câmara Municipal contrata técnicos e intervém em todas as áreas da ação social, cortando as pernas às instituições. Deviam estar todas a trabalhar para a comunidade porque a génese da população está na comunidade, não está no município. As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm um conhecimento diferente da realidade de quem está no município”, referiu Cristina Ferreira, depois de o autarca de Ovar se mostrar preocupado pela forma como se está a retirar autonomia às IPSS.

António Tavares partilha da opinião de que “quem está mais próximo consegue fazer melhor e quem tentar controlar a sociedade, retirando poderes às IPSS, está a fazer uma duplicação de meios. A proximidade das pessoas deve ser a solução para os problemas e não parte do problema. Municipalizar cria uma dependência do domínio eleitoral”, lamentou, mas acrescentou que “se os serviços sociais prestados pelas IPSS e Misericórdias parassem, estaríamos perante graves problemas no apoio social”.

Zélia Reis mostrou-se preocupada com a forma como se está a processar a delegação de competências e teme que se torne num círculo vicioso, ficando a ideia deturpada sobre a pobreza existente. “A Ação social não é atribuir esmolas, implica um envolvimento sério pela pessoa pobre. Não pensem que todos os pobres de aproveitam do sistema. Há muitos que sofrem e merecem uma oportunidade. As pessoas têm direito a projetos de vida. E isto não é dar esmola”, considerou, lembrando que “o respeito pelo princípio da subsidiariedade deverá ser acautelado pelo poder local, através da manutenção dos acordos e protocolos existentes, dando continuidade à tradição de parceria e trabalho em rede entre estes dois sectores: público e social”.

Por fim, Alexandre Costa, presidente da Comissão Política do PSD de Paços de Ferreira, assinalou a diferença entre as ideologias: o PS “tem uma atuação mais centralista, de pouco autonomia, com dificuldades em delegar, enquanto o PSD encontra na partilha entre as associações e instituições o melhor caminho para um verdadeiro trabalho em rede”, criticando depois a justificação da autarquia pacense para querer assumir a pasta social: “Não se deve ter uma Câmara mais musculada, mas sim toda a rede social e esta pode ser uma oportunidade. É preocupante a falta de diálogo. Somos a favor da descentralização, mas há um risco muito grande de descentralizar, centralizando. Devemos descentralizar envolvendo as instituições”, concluiu.

CÂMARA DE ALCOBAÇA
APRESENTA SALDO POSITIVO DE
463 MIL EUROS

A Assembleia Municipal de Alcobça aprovou dia 28 de abril, por maioria, as contas da autarquia, que terminou o ano de 2021 com um saldo positivo de 463,2 mil euros e reduziu a dívida em 386 mil euros.

De acordo com o relatório de contas apresentado aos deputados a receita total cobrada ascendeu a 61,8 milhões de euros, evidenciando uma taxa de execução de 88%, relativamente aos valores previsionais.

Nas receitas correntes, que totalizaram 35,8 milhões de euros, a maior fatia (16,3 milhões de euros) foi proveniente de transferências, seguida dos impostos diretos, que totalizaram 13,7 milhões de euros.

Em receitas de capital a autarquia arrecadou em 2021 5,2 milhões de euros, dos quais 5,1 milhões provenientes de transferências.

No mesmo ano a despesa total paga pelo município totalizou 41,9 milhões de euros, dos quais 27,4 milhões referentes a despesas correntes e 14,5 a despesas de capital. A aquisição de fornecimentos e serviços externos, com 11,3 milhões e os gastos com pessoal, com 10,9 milhões de euros, foram as duas rubricas com maior peso na despesa, seguindo-se as transferências e subsídios concedidos no valor de 9,6 milhões.

O relatório refere que a despesa conheceu um aumento de 21% face a 2020, salientando-se o acréscimo de 2,8 milhões de euros nos custos com pessoal e um aumento de 2,6 milhões de euros nas transferências e subsídios, em consequência dos apoios concedidos no âmbito da pandemia de covid-19.

A Câmara terminou o ano com dívida de médio e longo prazo no valor de 838 mil euros, o que evidencia uma redução da dívida à banca em 386 mil euros, de acordo com os valores constantes no relatório aprovado com 20 votos a favor da maioria PSD e nove abstenções dos deputados do PS, da CDU, do Nós Cidadãos e do presidente da junta de Freguesia de Maiorga.

A assembleia aprovou ainda os resultados operacionais dos serviços municipalizados que fecharam o ano de 2021 com um resultado líquido positivo de 633 mil euros, para os quais contribuíram o abastecimento de água no valor de 4,9 milhões de euros e as receitas da tarifa de saneamento, superior a 2,7 milhões de euros.

O documento foi aprovado com 20 votos favoráveis do PSD e oito abstenções PS, do Nós Cidadãos e do presidente da junta de Freguesia de Maiorga.

MADEIRA DISPONÍVEL PARA APOIAR IDOSOS CARENCIADOS NA VENEZUELA

A Madeira está disponível para apoiar os idosos carenciados na Venezuela, anunciou o diretor regional das Comunidades e Cooperação daquela região autónoma, Rui Abreu. “Essa aposta social é uma aposta que o Governo [regional] quer fazer e com a qual quer continuar, porque não se pode só tratar da diáspora sob a forma de divertimentos e de festas”, disse.

Rui Abreu esteve de visita à Venezuela, onde contactou com as autoridades lusas locais e portuguesas de várias cidades, entre elas Caracas, Barquisimeto, Maracay e La Guaira.

“Procurei, nesta visita, abarcar diversos setores da nossa emigração aqui na Venezuela, da sociedade madeirense. Visitei nove clubes ou centros, dos quais constatei que apenas dois estão com algumas dificuldades, um deles em retomar a sua atividade depois da pandemia”, explicou.

Rui Abreu explicou que “isso permitiu ter algum retrato a esse nível”.

Além disso, o governante visitou também o Lar Geriátrico Luso-venezuelano de Maracay e o Lar da Terceira Idade Padre Joaquim Ferreira em Los Anaucos (Caracas), onde foram “assinados dois contratos-programa de um pequeno apoio para a gestão diária dos idosos”.

“A esmagadora maioria das pessoas que se encontram nesses lares são madeirenses e nós também temos o dever de olhar para aqueles que foram os nossos pais, os nossos avós”, disse, sublinhando que “esses dois contratos-programa são historicamente os primeiros que são assinados pelo Governo regional no estrangeiro”.

Segundo Rui Abreu, “já tinha havido algumas ajudas aos lares, de forma indireta, direta não” e as intenções foi “mostrar também a solidariedade” das autoridades regionais para com os mais desfavorecidos, “aqui na Venezuela, onde há uma comunidade tão grande” proveniente da Madeira. Rui Abreu, que já tinha estado na Venezuela em 2016, chamou a atenção que encontrou “diferenças” que “talvez quem esteja aqui (Caracas) não note muito”.

“Há muita imagem lá fora ainda de que na Venezuela não há produtos básicos, como leite, massa, arroz e por aí em diante. Constatei que isso não é verdade, visitei inclusive



supermercados e estão totalmente abastecidos. Isso já tem algum tempo assim, mas a imagem que passa lá fora ainda é outra”, disse.

“Em conversa com muitos migrantes com quem estive, aquilo que me transmitem também é de que há alguns sinais positivos de que se vê num país, para alguma melhoria em certas situações”, acrescentou.

Insistindo que não quer imiscuir-se na política venezuelana, explicou que “mesmo a nível da segurança há uma pequena melhoria”, referindo: “Eu sinto isso”.

“Claro que a segurança aqui sempre foi um pormenor, mas também só se resolve quando se resolverem outros desequilíbrios que a sociedade venezuelana tem, nomeadamente no rendimento das famílias mais desfavorecidas”, disse.

Sobre a TAP, explicou que a comunidade vê com bons olhos a retoma dos voos para Caracas, mas sublinhou que sendo “uma empresa pública que beneficiou de mais de

3 milhões de euros do Estado português, tem o dever de servir a sua diáspora”.

Rui Abreu afirmou ainda que uma vez que a maioria dos imigrantes da comunidade portuguesa na Venezuela são oriundos da Madeira, o Governo regional vai “continuar a lutar para que uma vez estabilizada a ligação regular da TAP a Caracas” haja um voo semanal ou quinzenal com escala direta no Funchal.

Sobre a migração de luso-venezuelanos para a Madeira, explicou que foram para o arquipélago entre 10.000 e 12.000 pessoas, nos últimos anos, e que isso teve aspetos positivos para a economia madeirense em áreas como a restauração, mas, referiu: “Há muita gente há espera que a Venezuela melhore para regressar”.

Por outro lado, indicou que 1.700 crianças luso-venezuelanas estão a estudar na Madeira, o que é positivo também para a região porque estavam a ser fechadas escolas.

PROVEDOR DO UTENTE DA SAÚDE

PS “FINGE PREOCUPAÇÃO” POR ENTIDADE QUE “DESPREZOU DURANTE ANOS”

O secretário-geral do PSD/Açores, Luís Pereira, condenou o Partido Socialista por “fingir preocupação” com a extinção do cargo de Provedor do Utente da Saúde, lembrando que o PS “desprezou durante anos” aquela “entidade”.

“O anterior governo socialista desprezou durante anos a figura de Provedor do Utente da Saúde. Entre 2016 e 2019, o cargo esteve vago, o que demonstra que o PS apenas está a fingir preocupação nesta matéria. Só quando faltavam 11 meses para as eleições regionais de 2020 é que um novo titular foi nomeado. Em suma, o Partido Socialista chora lágrimas de crocodilo por uma entidade que desprezou quando era governo”, afirmou o dirigente social-democrata, dia 2 de maio.

Luís Pereira salientou que a Entidade Gestora do Doente em Espera, recentemente anunciada pelo atual Governo dos Açores, “irá resolver problemas concretos dos utentes do Serviço Regional de Saúde, não se limitando a fazer partilhas de notícias nas redes sociais, como acontecia com o Provedor do Utente da Saúde”.

“A Entidade Gestora do Doente em Espera não só ana-



lisará as queixas dos cidadãos pelo incumprimento dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos para consultas, cirurgias e exames, como também cuidará da transferência dos processos dos utentes para as entidades convenionadas com a Região, a fim de garantir a efetiva presta-

ção do serviço”, sublinhou.

Em resposta às acusações da Comissão Permanente do PS, o secretário-geral do PSD/Açores denunciou o “típico despesismo do Partido Socialista, que inventava cargos públicos que só serviam para gerar despesa”.

“O Provedor do Utente da Saúde, que apenas recebia as queixas dos utentes e partilhava notícias de terceiros nas redes sociais, auferia uma remuneração bruta anual superior a 62.000 euros. A Entidade Gestora do Doente em Espera fará muito mais e por menos dinheiro”, frisou.

Luís Pereira lembrou ainda que, de acordo com informação tornada pública no início de 2022, a atividade do Provedor do Utente da Saúde “limitava-se a publicações na rede social Facebook de notícias da imprensa nacional e regional, que se traduziram em 21 no ano passado, desconhecendo-se outras ações de divulgação junto do público em matéria de Saúde”.

O dirigente social-democrata acrescentou que a criação da Entidade Gestora do Doente em Espera “foi um compromisso político do Presidente do Governo dos Açores na campanha para as eleições regionais de 2020”.

PSD/AÇORES QUER MODELO DE TRANSPORTES QUE POTENCIE “VERDADEIRO MERCADO INTERNO”



Os deputados do PSD/Açores defendem um modelo de transportes que permita criar “um verdadeiro mercado interno regional”, assegurando o escoamento dos produtos às ilhas mais pequenas com capacidade produtiva, como é o caso da Graciosa.

Numa conferência de imprensa para apresentação das conclusões das Jornadas Parlamentares que se realizaram de 27 a 29 de abril, na ilha Graciosa, o presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, João Bruto da Costa, destacou que os “investimentos estruturantes na ilha Graciosa que estão a ser programados e desenvolvidos pelo Governo Regional e podem realmente trazer melhorias à vida dos graciosenses”.

Os projetos das Termas do Carapacho, a Gare marítima de passageiros e mercadorias, a beneficiação do aeroporto da Graciosa, a mobilidade e a Baía da Barra, foram alguns dos investimentos em avaliação pelos deputados do PSD/Açores.

João Bruto da Costa realça desde logo “o projeto que foi inscrito no presente Plano e Orçamento e está a ser melhorado para a ampliação das condições de oferta de turismo termal na Graciosa, com a construção da piscina exterior com água termal que oferecerá condições excelentes para essa diferenciação da ilha Graciosa, aliado à saúde”.

O líder parlamentar apontou também a importância do projeto da gare marítima de passageiros e carga, investimento que considera “importantíssimo para a ilha”, apresentado pela direção da Portos dos Açores.

De entre o conjunto de investimentos estruturantes, o deputado do PSD/Açores salienta igualmente o projeto de “ampliação, alargamento e iluminação da pista do aeroporto da Graciosa, que vai permitir uma maior janela de operação da SATA e das condições necessárias e apontadas pela entidade europeia para os atuais equipamentos da companhia aérea”. Isto a par da construção da nova aerogare que se encontra em processo burocrático, “mas esperançosos que possa em breve começar”, salvaguardou.

Contudo, o parlamentar não esquece ainda “os problemas que se encontram por resolver”. Trata-se do caso concreto dos transportes. “Houve iniciativas do Governo Regional que permitiram melhorar a mobilidade dos Graciosenses, desde logo com a ‘Tarifa Açores’, como também o aumento do número de lugares e de voos para a Graciosa na época alta, passando a três voos diários durante o verão: dois para São Miguel e um para a Terceira”, sublinhou João Bruto da Costa.

“Continuamos ainda com bastantes queixas ao nível dos transportes marítimos de mercadorias. Sabemos que na época alta os aviões trazem mais passageiros, no entanto, a capacidade de transporte de carga fica assim reduzida, uma preocupação que desejamos que o Governo Regional não deixe de ter em atenção. Há aqui uma necessidade de haver uma aposta num modelo de transportes que sirva para aquele que é o desígnio inscrito no Programa do Governo, assente num verdadeiro mercado interno regional que favoreça toda a economia dos Açores”, ressalva o líder da bancada parlamentar social-democrata.

Por outro lado, reforça que “não podemos esquecer ainda um problema que nos foi deixado pelo Governo socialista e exige resolução, determinação e alguns cuidados, que tem a ver com a utilização e a transformação da Baía da Barra, em zona de recreio náutico. Essa é uma aposta da qual não desistimos. Sabemos que nos foi deixado um problema muito sério para resolver e não podemos ignorar que este problema custa 7 milhões de euros. Portanto, tem de ser resolvido com empenho pelo Governo Regional com os parceiros envolvidos nesta matéria”.

Refira-se que o grupo parlamentar do PSD/Açores retomou esta semana o modelo de Jornadas Parlamentares, anterior à pandemia por covid-19, começando pela ilha Graciosa. “Foi muito importante para nós para tomarmos o pulso daquilo que é realidade local, os anseios das populações e o que evoluiu de forma positiva”, rematou João Bruto da Costa.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

ALCOCHETE

Nos termos dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 11 de Maio de 2022, (quarta-feira) de 2022, pelas 20H30, na Sede Concelhia de Alcochete, sita na Rua do Poço, 8 – Alcochete, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto único: Informações.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, designadamente o Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 25 de junho de 2022 (sábado), pelas 15H00, na Sede local, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 -E, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único – Eleição dos Órgãos de Secção:

1. Eleição da Mesa da Assembleia;
2. Eleição da Comissão Política.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00.

As listas candidatas aos diferentes órgãos, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (2022.06.22), na Sede local que estará aberta para esse efeito das 21H00 às 24H00.

A Assembleia será realizada de acordo com as normas e recomendações sanitárias emitidas pela Direção Geral da Saúde.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção de Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro, para se reunirem, no próximo dia 4 de Junho (sábado) de 2022, entre as 14H00 e as 20H00, na Sede Concelhia do PSD, sita à Rua do Foral, nº 168-1º, Oliveira do Bairro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
1-Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2-Eleição da Comissão Política de Secção.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, na Sede Concelhia do PSD, até às 23H59 do dia 1 de Junho de 2022 (terceiro dia anterior à data do ato eleitoral).

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00
email: jsdnacional@gmail.com



I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO – 2022/2024

Nos termos do artigo 29.º dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (ENJSD), convocam-se os membros do Conselho Nacional para a primeira reunião ordinária do órgão em apreço, a ter lugar no dia 21 de maio de 2022 (sábado), a partir das 11h00, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, em Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Anúncio dos militantes honorários eleitos no XXVII Congresso Nacional;
3. Apresentação, Discussão e Votação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2021, nos termos da al. l) do artigo 27.º dos ENJSD;
4. Apreciação e Votação do Regulamento de Participação da JSD no Congresso Nacional do PSD e respetivo rateio, nos termos da al. g) do artigo 27.º dos ENJSD;
5. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento do Conselho Nacional da JSD, sob proposta da Mesa, nos termos da al. b) do artigo 27.º dos ENJSD;
6. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento Jurisdicional, sob proposta do Conselho de Jurisdição Nacional, nos termos da al. d) e q) do artigo 27.º dos ENJSD;
7. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento Eleitoral da JSD, nos termos da al. q) do artigo 27.º dos ENJSD;
8. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, nos termos da al. d) do artigo 27.º dos ENJSD;
9. Eleição dos Representantes da JSD ao Conselho Nacional do PSD, nos termos da al. h) do artigo 27.º dos ENJSD;
10. Análise da situação política e balanço da atividade da Comissão Política Nacional, nos termos da al. b) do artigo 27.º e do artigo 30.º dos ENJSD.
11. Apresentação dos candidatos a Presidente do PSD.

Notas:

- 1) Agradece-se confirmação de presença para jsdnacional@gmail.com.
- 2) As listas candidatas, bem como a sua respetiva documentação, devem ser entregues até ao sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na sede nacional da JSD desde que em horário laboral (Rua Ricardo Espírito Santo 1, R/CH Dto., 1200-790 Lisboa), ou através de missiva eletrónica dirigida ao Presidente da Mesa (hugolopes@jsd.pt);
- 3) Os candidatos devem ser membros do Conselho Nacional, nos termos da al. h) do artigo 27.º dos ENJSD;
- 4) As urnas estarão abertas entre as 11h00 e as 13h00.

III CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o III Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro do mandato 2021/2023, para reunir no próximo dia 20 de maio de 2022 (6ª feira), pelas 21h, no Centro Cultural de Macieira de Cambra, sita na Rua do Centro Cultural, n.º 42, Macieira de Cambra, 3730-223, Vale de Cambra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Aprovação da ata do II Conselho Distrital Ordinário;
- 2- Análise das eleições da JSD Nacional;
- 3- Análise da situação Política Distrital e das eleições do PSD Nacional;
- 4- Informações e outros assuntos de interesse.

Nota: Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfecção das mãos à entrada do local. Para o efeito será disponibilizado o gel desinfetante a todos os presentes e garantido o cumprimento das normas de recomendação da DGS.

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD aplicáveis, convoca-se Conselho Distrital da JSD de Bragança para reunir no próximo dia 5 de Junho de 2022, pelas 15h00, na Rua do Porto, edifício da Caixa Agrícola, 1.º Direito, 5350-006 em Alfândega

da Fé, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local e nacional;
- 2 – Análise da atividade da Comissão Política Distrital;
- 3 – Outros assuntos.

COMISSÃO POLÍTICA DISTRITAL EXT. DE LISBOA AO

Nos termos do artigo 67.º dos Estatutos Nacionais da JSD aprovados em 01 de Fevereiro de 2020, Edi Manuel Lemos Gama, Presidente da Comissão Política Distrital da JSD Lisboa – Área Oeste convoca os membros da Comissão Política Distrital para a reunião extraordinária do mencionado órgão, a realizar na Sede da JSD Lisboa-Área Oeste, no próximo dia 19 de Maio de 2022, pelas 21.30h e que terá a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Leitura da Carta de Demissão do Presidente da Comissão Política Distrital;
- 2 – Discussão e Aprovação da Demissão em Bloco da Comissão Política Distrital.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO PL ANTERIOR 27/04/2022 ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Alcoçaba, para reunir no próximo dia 03 de junho de 2022, entre as 20h e as 21h, na sede da JSD de Alcoçaba, sita na Avenida Professor Engenheiro Joaquim Vieira Natividade, lote 3, 62 – A, em Alcoçaba, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

NOTA: As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Alcoçaba, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na sede da Concelhia em Alcoçaba.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO PL ANTERIOR 27/04/2022 VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Vizela, para reunir no próximo dia 28 de maio de 2022, entre as 14h e as 16h, sita na Rua das Pondres, Quinchoso 4860-402, em Cabeceiras de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Vizela.

NOTA: As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Distrital de Braga, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, sita na Rua das Pondres, Quinchoso 4860-402, em Cabeceiras de Basto.

NÚCLEO DE RIO MEÃO – ST.ª MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Rio Meão a reunir no dia 4 de junho de 2022 (sábado), pelas 15h, na Junta de Freguesia de Rio Meão sita no Largo de Santo António, 57, 4520-475, Rio Meão com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário do Núcleo Residencial da JSD Rio Meão.

Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h e as 17h. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos n.º18, 4520-201 Santa Maria da Feira, ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Concelhia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

NESD / UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD inscritos na Universidade de Évora, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade de Évora (NESDUE), a reunir no próximo dia 13 de junho (segunda-feira), às 18h00m, na Sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, número 48, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Direção do NESDUE Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Mesa do Plenário do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, através do e-mail NESDuniversidadeEvora@gmail.com. As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20h00m.